

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

COMO É QUE MEDINA E COSTA CONSEGUEM O “MILAGRE” DE UMA REDUÇÃO DO DÉFICE E DA DIVIDA PÚBLICA TÃO GRANDE, EM 2 ANOS APENAS, E SUAS CONSEQUÊNCIAS: a redução do poder de compra dos trabalhadores e dos pensionistas, o aumento da pobreza, o agravamento da situação da escola pública e do SNS, corte drástico no investimento público e o aumento enorme das receitas de impostos

Um dos aspetos da política do atual governo que Medina e António Costa, à semelhança do que faziam os governos anteriores de Costa, é o constante autoelogio pela redução drástica do défice orçamental (*entre 2021 e 2022 de -2,9% PIB para -1,9% do PIB, e em 2023 para apenas -0,9% PIB*) e também a redução da dívida pública (*entre 2021 e 2022, de 125,5% PIB para 115% e, em 2023, para 110,8% do PIB*), transformando estas reduções em grandes feitos, autênticos “deuses”, a que o país e os portugueses deviam-se render. Querem ser vistos em Bruxelas como os campeões na U.E. da redução do défice e da dívida (*em 2021, quando o défice era de -2,9% do PIB em Portugal, o défice médio nos países da U.E. era -4,6% do PIB*). **Interessa, por isso, analisar como essa redução tão elevada em tempo tão curto e em plena crise está a obtida, e as consequências para o país e para os portugueses desses cortes drásticos no défice e na dívida, pois, a redução do défice e da dívida pública na forma como está a ser feita, tem outra face com efeitos dramáticos para os portugueses na sua vida diária. É o que vamos fazer neste estudo utilizando dados dos Relatórios dos Orçamentos do Estado para 2022 e 2023 disponíveis a todos os interessados.**

AUMENTO ENORME DOS IMPOSTOS, A REDUÇÃO SIGNIFICATIVA DO PODER DE COMPRA DAS REMUNERAÇÕES DOS TRABALHADORES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS, E DE CORTES DRÁSTICOS NO INVESTIMENTO PÚBLICO

O quadro seguinte, com os recebimentos e pagamentos de todas as Administrações Públicas (*os previstos inicialmente no orçamento aprovado e os depois os da execução*) em 2022 mostra o bem a política do governo.

Quadro 1 - Receitas e despesas das Administrações Central (ESTADO), Local e Regional				
RÚBRICAS	OE-2022 Milhões €	2022- Estimativa da Execução Milhões €	Var. OE/Execução Em %	Ex.2022-OE2022 Milhões€
RECEITAS CORRENTES	96 777	99 989	3,3%	3 212
Impostos diretos	25 046	28 487	13,7%	3 441
Impostos indiretos	29 706	30 721	3,4%	1 015
Contribuições S. Social	25 361	26 099	2,9%	738
Outras receitas correntes	16 655	14 682	-11,8%	-1 973
Diferenças de consolidação	9			-9
RECEITAS DE CAPITAL	4 617	2 064	-55,3%	-2 553
RECEITA TOTAL	101 394	102 053	0,6%	659
DESPESAS CORRENTES	95 190	96 327	1,2%	1 137
Despesas com pessoal	24 074	24 235	0,7%	161
Aquisição de bens e serviços	15 878	15 903	0,2%	25
juros e outros encargos	6 812	6 811	0,0%	-1
Transferências correntes	43 613	45 067	3,3%	1 454
Subsídios	2 114	2 001	-5,3%	-113
Outras despesas correntes	2 462	2 310	-6,2%	-152
Diferenças de consolidação	237			-237
DESPESA DE CAPITAL	11 386	8 382	-26,4%	-3 004
Investimentos	9 095	6 778	-25,5%	-2 317
Transferências de capital	2 031	1 335	-34,3%	-696
outras despesas de capital	257	269	4,7%	12
Diferenças de consolidação	3			-3
DESPESA TOTAL	106 576	104 709	-1,8%	-1 867
SALDO	-5 182	-2 656	-48,7%	2 526
Despesa da Administração Central (ESTADO) - Apenas com Pessoal e investimento				
RÚBRICAS	OE-2022 (Previsto) Milhões €	OE-2022 Estimativa do executado Milhões €	Variação do executado em relação ao previsto em 2022 Em %	2022 DIFERENÇA Executado-Previsto Milhões €
Despesa com pessoal	18 956	18 901	-0,3%	-55
Investimento	5 796	3 668	-36,7%	-2 128
SOMA (Pessoal + Investimento)	24 752	22 569	-8,8%	-2 183
TOTAL DA DESPESA DO ESTADO	79 292	76 285	-3,8%	-3 007

FONTE: Relatórios OE-2022 e OE-2023 - Contabilidade Pública

Os dados oficiais do quadro são claros. O governo estima já que, em 2022, a receita, que tem como origem os impostos, seja superior em 4.456 milhões € à inicialmente prevista no Orçamento do Estado de 2022. Apesar da inflação este ano (cerca de 8%) ser o dobro do que aquela que o governo previa no O.E.-2022

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

inicial (apenas 3,7%), mesmo assim as Despesas com Pessoal praticamente não aumentaram em relação à prevista inicialmente (apenas +0,7%), embora a subida das remunerações que serviu no cálculo da despesa com pessoal em 2022 ter sido apenas +0,9% (comparando a inflação de 8% com subida das remunerações 0,9%, a perda de poder de compra dos trabalhadores da Função Pública, só em 2022, atinge -6,4%). E no investimento público verifica-se um corte significativo de 25,5% (-2.317 milhões €) em relação ao previsto inicialmente.

Se limitarmos a análise à Administração Central, ou seja, ao Estado, cuja responsabilidade é exclusivamente do governo, conclui-se que é nele que se verificam as suas causas. Como mostra a parte inferior do quadro 1, as despesas de pessoal do Estado, que representam 78% das despesas com pessoal de todas as Administrações Públicas, até serão inferiores em -0,7% às inicialmente previstas e o corte no investimento no Estado atinge 36,7% do inicialmente previsto, ou seja, um corte de 2.128 milhões €, que corresponde a 91,8% do corte do investimento verificado em todas as Administrações Públicas em 2022. Este corte no investimento público que está muito abaixo do verificado na U.E. (em 2021, em Portugal: 2,6% do PIB; e, na U.E. em média 3,2% do PIB) determina uma profunda degradação dos equipamentos públicos (escolas, hospitais, transportes, etc.), o que acaba por desincentivar o investimento privado, o que determina que o investimento total em Portugal, em percentagem do PIB, seja também inferior à média União Europeia contribuindo para fragilidade da economia portuguesa, para a baixa produtividade e para o reduzido crescimento económico que se tem verificado no nosso país, atirando Portugal para um crescente atraso.

O AUMENTO ENORME DAS RECEITAS DE IMPOSTOS COBRADOS PELO ESTADO EM RELAÇÃO AO INICIALMENTE PREVISTO NO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2022

O quadro 2, com dados do governo, mostra o elevado peso da carga fiscal em Portugal no ano 2022

Quadro 2 - Receita fiscal do Estado prevista pelo governo no OE-2022 inicial e aquela que estima que arrecadará este ano				
RÚBRICAS	OE-2022 (Previsto) Milhões €	OE-2022 Estimativa do executado Milhões €	2022 DIFERENÇA Executado-Previsto Milhões €	Varição do executado em relação ao previsto em 2022 Em %
IMPOSTOS DIRETOS	20 905	24 166	3 261	15,6%
IRS	15 203	16 172	969	6,4%
IRC	5 211	7 491	2 280	43,7%
Outros diretos	491	503	12	2,4%
IMPOSTOS INDIRETOS	27 686	28 662	976	3,5%
IVA	19 546	20 948	1 402	7,2%
ISP (petroliferos)	3 310	2 845	-465	-14,0%
IT	1 434	1 443	9	0,7%
IABA	287	322	35	12,3%
ISV (imposto sobre veiculos)	482	459	-23	-4,8%
IS	1 938	1 916	-22	-1,1%
IUC	409	443	34	8,4%
Outros indiretos	281	286	5	1,8%
RECEITA FISCAL DO ESTADO	48 591	52 828	4 237	8,7%

FONTE: Relatório OE-2022 e OE-2023

Em 2022, o governo prevê arrecadar receitas, cuja origem são os impostos, 52.828 milhões €, ou seja, mais 4.237 milhões € do que previa no seu Orçamento do Estado inicial de 2022. E é fundamentalmente no IRS (+969 M€), no IRC (+2.280 milhões €) e no IVA (+1.402 milhões €). O IRS e o IVA atingem principalmente os trabalhadores e pensionistas, que constituem a esmagadora maioria da população. O aumento significativo do IRC (+2.280M€), que resulta naturalmente de um crescimento significativo dos lucros de empresas, prova que muitas estão a lucrar com a crise causada pela guerra e pelas sanções.

Se juntarmos a isto a redução do poder de compra dos pensionistas em 2022 (mesmo incluindo a meia pensão recebida em outubro) e a que sofrerão também em 2023, e a que terão todos os trabalhadores da Função Pública em 2023, a juntar à que sofreram nos últimos anos, o corte brutal no investimento público, o financiamento insuficiente do SNS, das universidades, e da escola pública, etc., que trataremos em estudos seguintes, fica-se com uma ideia clara da forma como o governo está a conseguir reduzir o défice e a dívida e dos seus custos para o país e para os portugueses. E a pressão como é feita tem consequências mais graves porque é realizada num contexto de grave crise económica e social causada pela guerra e pelas sanções, que estão a ter consequências dramáticas na economia e na vida dos europeus, em que face mais visível é a escalada de preços que vai continuar. Para reduzir o défice e a dívida pública da forma como está a fazer, tem de reduzir drasticamente o reforço das outras despesas não compensando nem a inflação. É importante que os portugueses saibam isto. . Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt – 22/10/2022 Eugénio Rosa – economista – eleições para a ADSE “Lista B - ADSE pública, solidaria, com mais direitos” - pág. 2